AGRESTE SANEAMENTO S.A.

CNPJ: 15.401.489/0001-80

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.300	15.064
Contas a receber e outros recebíveis	9	21.391	12.636
Ativo financeiro	9	20.487	18.832
Impostos e contribuições a recuperar		623	5.668
Outros ativos		1.693	1.355
Total do ativo circulante		**55.494**	**53.555**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos bancários vinculados	8	5.190	5.110
Contas a receber e outros recebíveis	9	2.088	2.358
Ativo financeiro	9	343.157	334.262
Impostos e contribuições a recuperar		8.409	6.926
Outros ativos		1.023	1.589
Total do realizável a longo prazo		**359.867**	**350.245**
Imobilizado		610	672
Ativo de direito de uso		907	423
Intangível		14	7
Total do ativo não circulante		**361.398**	**351.347**
Total do ativo		**416.892**	**404.902**

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	3.500	3.623
Fornecedores - risco sacado	10	146	35
Empréstimos e financiamentos	11	12.646	9.242
Passivo de arrendamento		908	359
Obrigações fiscais	12	3.096	3.607
Imposto de renda e contribuição social a pagar		8	1.667
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	14 c.	3.000	11.840
Outras obrigações		1.542	1.478
Total do passivo circulante		**24.846**	**31.851**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	116.487	127.291
Passivo de arrendamento		13	91
Obrigações fiscais	12	34.839	33.035
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo	6	72.652	64.725
Provisão para perdas com causas judiciais	13	-	40
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	14 c.	18.773	15.090
Outras obrigações		189	155
Total do passivo não circulante		**242.953**	**240.427**
Total do passivo		**267.799**	**272.278**
Patrimônio líquido			
Capital social	14 a.	44.721	44.721
Reservas de lucros	14 b.	104.372	87.903
Total do patrimônio líquido		**149.093**	**132.624**
Total do passivo e patrimônio líquido		**416.892**	**404.902**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	3	82.817	79.179
Custo dos serviços prestados	4	(21.287)	(22.250)
Lucro bruto		**61.530**	**56.929**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(10.417)	(8.576)
Outras receitas (despesas)		60	(16)
		(10.357)	(8.592)
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		**51.173**	**48.337**
Receitas financeiras	5	4.178	2.258
Despesas financeiras	5	(12.917)	(14.619)
Resultado financeiro líquido		**(8.739)**	**(12.361)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**42.434**	**35.976**
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	(1.568)	(798)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(7.927)	(8.378)
Lucro líquido do exercício		**32.939**	**26.800**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**32.939**	**26.800**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**32.939**	**26.800**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**42.434**	**35.976**
Ajustes para:			
Provisão para perdas com causas judiciais	13	(40)	10
Depreciação e amortização	4	854	580
Baixa de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		(20)	1.290
PIS e COFINS diferidos		1.438	-
Encargos e variações monetárias, líquidas		(45.270)	(41.072)
		(604)	**(3.216)**
Variações em:			
Aumento em contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro		(19.035)	(15.395)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar		4.620	(2.292)
Redução (aumento) em outros ativos		228	(417)
Redução em fornecedores e outras contas a pagar		(12)	(343)
Aumento (redução) em outras obrigações		98	(245)
Redução (aumento) em obrigações fiscais		(145)	283
		(14.850)	**(21.625)**
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		56.318	54.812
Impostos de renda e contribuição social pagos		(3.227)	(859)
Juros pagos de empréstimos e arrendamento		(11.575)	(12.170)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		**26.666**	**20.158**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado		(106)	(121)
Depósitos bancários vinculados	8	473	1.341
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos		**367**	**1.220**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de financiamentos e arrendamentos		(9.170)	(9.461)
Dividendos pagos	14 c.	(21.627)	(9.000)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamentos		**(30.797)**	**(18.461)**
Redução (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(3.764)**	**2.917**
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	7	15.064	12.147
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	**11.300**	**15.064**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reservas: Incentivos fiscais	Reservas: Reserva especial de dividendos	Reservas: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	14	**44.721**	**8.944**	**12.011**	**21.007**	**53.548**	**-**	**140.231**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	26.800	26.800
Constituição de reservas	14 b.	-	-	2.780	-	10.620	(13.400)	-
Reclassificação entre reservas		-	-	3.537	-	(3.537)	-	-
Dividendos	14 c.	-	-	-	(21.007)	-	(13.400)	(34.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14	**44.721**	**8.944**	**18.328**	**-**	**60.631**	**-**	**132.624**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	32.939	32.939
Constituição de reservas	14 b.	-	-	5.229	-	11.240	(16.469)	-
Reclassificação entre reservas		-	-	(2.285)	-	2.285	-	-
Dividendos propostos	14 c.	-	-	-	-	-	(16.470)	(16.470)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14	**44.721**	**8.944**	**21.272**	**-**	**74.156**	**-**	**149.093**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

1. Informações sobre a Companhia - 1.1. Informações gerais: A Agreste Saneamento S.A. ("Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Arapiraca - Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, 274. A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 28 de março de 2025. **1.2. Contexto operacional:** A Companhia foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL por meio de concessão administrativa, para construção, gestão, operação e manutenção do novo sistema adutor do Agreste, planejado para iniciar no município de Traipu/AL e terminar no município de Arapiraca/AL, bem como recuperar, gerir, operar e manter o sistema coletivo do Agreste existente e a realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização e cobrança da área da PPP. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012. O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042, quando os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL ao final do prazo da concessão, podendo ser prorrogado por decisão exclusiva da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, observando o limite de máximo de 35 (trinta e cinco) anos. **1.3. Continuidade operacional:** A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações e melhoria na gestão de capital de giro. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que há recursos disponíveis para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis - 2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. • Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. • Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants - As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante. • Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and leaseback" - As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) e a ICPC 09	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	01/01/2025
Alterações à IAS 21	Falta de conversibilidade	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Acordos de Financiamento de Fornecedores e Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	01/01/2025
OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	01/01/2025

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 – Tributos. Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. • Nota explicativa nº 9 - Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data de relatório, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. • Nota explicativa nº 13 - Provisões para perdas com causas judiciais. A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Receita operacional líquida - 3.1. Política contábil: A Companhia possui um único contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, o qual foi dividido entre serviços de construção e serviços de operação. a) Receita de construção: A Companhia reconhece a receita de construção na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa da concedente pelos serviços de construção prestados. A Companhia estima que o valor justo da contraprestação de seus ativos financeiros relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais gross up do pis e cofins. b) Receita de ativo financeiro: A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio contratual aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A taxa de desconto utilizada é de 11,85%. c) Receita de serviços de operação: A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares e pelo tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela CASAL.

3.2. Composição

Receita líquida	2024	2023
Serviços	33.850	31.735
Ativo financeiro	56.318	54.812
Construção	1.229	1.173
Total da receita operacional	**91.397**	**87.720**
Impostos sobre serviços	(8.580)	(8.541)
Total da receita operacional líquida	**82.817**	**79.179**

4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2024	2023
Custo de construção	(6.001)	(8.694)
Depreciação e amortização	(854)	(580)
Serviços de terceiros	(5.840)	(4.397)
Pessoal	(13.790)	(12.507)
Taxas de fiscalização	(324)	(292)
Energia elétrica	(1.131)	(1.080)
Materiais	(2.035)	(1.927)
Outros custos e despesas	(1.729)	(1.349)
Total	**(31.704)**	**(30.826)**
Custo dos serviços prestados	(21.287)	(22.250)
Despesas administrativas e gerais	(10.417)	(8.576)

5. Resultado financeiro - 5.1. Política contábil: Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras e despesas com juros sobre financiamentos que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

5.2. Composição	2024	2023
Receitas financeiras		
Ajuste de valor presente	220	189
Juros sobre aplicações financeiras	1.836	2.028
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	1.058	1
Descontos obtidos	1.022	4
Outras receitas financeiras	42	36
Total	**4.178**	**2.258**
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(12.600)	(14.438)
Juros sobre arrendamento	(59)	(38)
Outras despesas financeiras	(258)	(143)
Total	**(12.917)**	**(14.619)**
Despesas financeiras líquidas	**(8.739)**	**(12.361)**

6. Imposto de renda e contribuição social - 6.1. Política contábil: a) Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. c) Subvenções governamentais: A Companhia possui incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

6.2. Composição: Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023	Resultado 2024	Resultado 2023
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	-	-	-	-	-	(1.042)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (b)	8.876	8.876	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	2.327	2.402	-	-	(75)	(64)
Outras diferenças temporárias	172	195	-	-	(23)	(76)
Contas a receber – contratos de concessão	-	-	83.861	76.176	(7.685)	(7.174)
Incentivo fiscal - inovação tecnológica	-	-	166	-	(166)	-
Perda de receita com obrigação do indicador de desempenho	-	-	-	22	22	(22)
Total	**11.375**	**11.473**	**84.027**	**76.198**	**(7.927)**	**(8.378)**
Compensação (*)	(11.375)	(11.473)	(11.375)	(11.473)	-	-
Líquido	**-**	**-**	**72.652**	**64.725**	**(7.927)**	**(8.378)**

(*) Saldo de ativo e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação passiva, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **(a)** Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada, conforme a legislação, à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

Reconciliação da taxa efetiva	2024	2023
Resultado do exercício antes dos impostos	42.434	35.976
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota normal	**(14.428)**	**(12.232)**
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(59)	(62)
Subvenção governamental	5.229	2.780
Outros	(237)	338
Total de despesas com imposto de renda e contribuição social	**4.933**	**3.056**
Imposto corrente	(1.568)	(798)
Imposto diferido	(7.927)	(8.378)
Alíquota efetiva	**22%**	**26%**

7. Caixa e equivalentes de caixa - 7.1. Política contábil: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7.2. Composição	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldos bancários			199	120
Certificado de depósito bancário	99,00% do CDI	10,76%	11.101	14.944
Total caixa e equivalentes de caixa			**11.300**	**15.064**

8. Depósitos bancários vinculados

Depósitos bancários vinculados	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2024	2023
Fundos de investimento	89,42% do CDI	9,72%	5.190	5.110
Não circulante			5.190	5.110
Total			**5.190**	**5.110**

Depósitos bancários vinculados referem-se a montante retido na Companhia para constituição de conta reserva do financiamento mantido junto à Caixa Econômica Federal equivalente às três parcelas mensais vincendas. Tais recursos retidos, quando desbloqueado ou se substituído por outra garantia, são destinados aos investimentos necessários para a melhoria ou manutenção do sistema adutor do Agreste e demais investimentos previstos no contrato de concessão.

9. Contas a receber e outros recebíveis - 9.1. Política contábil: Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços e de construção no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas sobre o saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas, onde 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias são reconhecidos como perdas e para as demais faixas de vencimento e a vencer é aplicado um percentual médio determinado com base no histórico de inadimplência de cada faixa. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais do acordo de arbitragem e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos.

9.2. Composição	2024	2023
Recebíveis de contratos de concessão	1.019	241
Direitos a faturar contratos de concessão	55.411	47.923
Ativo financeiro	363.644	353.094
Total contas a receber	**420.074**	**401.258**
(-) Ajuste a valor presente	(6.845)	(7.064)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(26.106)	(26.106)
Circulante	41.878	31.468
Não circulante	345.245	336.620
Total	**387.123**	**368.088**

A taxa média de desconto do ajuste a valor presente sobre o montante de contas a receber é de 10,5% ao ano. A composição por vencimento dos recebíveis e direitos a faturar é como segue:

	2024	2023
A vencer	30.324	22.058
Acima de 360 dias	26.106	26.106
Total	**56.430**	**48.164**

10. Fornecedores e outras contas a pagar	Nota	2024	2023
Fornecedores diversos		3.133	3.615
Fornecedores - risco sacado (*)		146	35
Operações mensais - partes relacionadas	17	367	8
Circulante		3.646	3.658
Total		**3.646**	**3.658**

(*) Não há alteração de prazos e condições de pagamento. A Companhia classificou os valores de risco sacado em linha específica no balanço patrimonial.

11. Empréstimos e financiamentos - 11.1. Política Contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

11.2. Composição

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (%)	Vencimento	2024	2023
Contrato de financiamento e repasse - CEF	TR	9,50	2035	129.133	136.533
Circulante				12.646	9.242
Não circulante				116.487	127.291
Total				**129.133**	**136.533**

11.3. Garantias: As principais garantias do financiamento FCP-SAN é o penhor de ações de emissão da Companhia, vinculação da receita da Companhia por meio da estrutura de contas especiais de garantias, penhor dos direitos creditórios e constituição de conta reserva equivalente a três prestações mensais vincendas (vide nota explicativa nº 8). **11.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e suas subsidiarias e os respectivos agentes, tendo obrigação de atingimento em todo encerramento de exercício. A administração acompanha os cálculos desses índices periodicamente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com as cláusulas de *covenants*. Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo: **Índices financeiros:** Índice de cobertura do serviço da dívida ((EBITDA (-) Tributos pagos (-) Investimentos (+) Empréstimos (+) Aporte (+/-) Variação de Capital de Giro) / (Amortização do Principal + Pagamento de juros)) maior ou igual a 1,3; e Capital social maior ou igual a 20% dos investimentos financiados.

11.5. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Empréstimos e financiamentos
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**143.254**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Amortização do principal	(9.027)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(9.027)**
Outras variações	
Provisão de juros	14.438
Pagamento de juros	(12.132)
Total de outras variações	**2.306**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**136.533**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Amortização do principal	(8.484)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(8.484)**
Outras variações	
Provisão de juros	12.600
Pagamento de juros	(11.516)
Total de outras variações	**1.084**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**129.133**

12. Obrigações fiscais	2024	2023
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	30.409	29.996
Programa de Integração Social (PIS)	6.602	6.512
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	49	60
Parcelamentos Federais	806	-
Outros	69	74
Circulante	3.096	3.607
Não circulante	34.839	33.035
Total	**37.935**	**36.642**

13. Provisão para perdas em causas judiciais - 13.1. Política contábil: As provisões para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, já as contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nessa nota explicativa. A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a mensuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

13.2. Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes: a) Trabalhista:: As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por ex-empregados da Companhia, ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas, danos morais, horas-extras e sobreaviso, escala de revezamento, adicionais de insalubridade, periculosidade e desvio de função.

13.3. Composição	Trabalhista
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**40**
Pagamentos	(10)
Reversões	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**

As contingências passivas não registradas nas demonstrações finance